

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

EVELYN DE OLIVEIRA

**ACESSIBILIDADE: IMPORTÂNCIA DA SUA IMPLEMENTAÇÃO EM
ELEMENTOS CONSTRUTIVOS APRESENTADA AOS ACADÊMICOS DOS
CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO E ENGENHARIA CIVIL**

LAGES

2018

EVELYN DE OLIVEIRA

**ACESSIBILIDADE: IMPORTÂNCIA DA SUA IMPLEMENTAÇÃO EM
ELEMENTOS CONSTRUTIVOS APRESENTADA AOS ACADÊMICOS DOS
CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO E ENGENHARIA CIVIL**

Trabalho de Conclusão de Curso vinculado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Regional da Universidade do Planalto Catarinense, apresentado à disciplina de Seminário de Casos Empreendedores para o Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Kaio Henrique Coelho do Amarante

Linha de pesquisa: Emprego, empreendedorismo e inovação

LAGES

2018

RESUMO

Este projeto apresenta como tema central “Acessibilidade: importância da sua implementação em elementos construtivos apresentada aos acadêmicos dos cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia civil”. Sendo egressa e também professora da instituição de ensino onde a pesquisa foi aplicada, a autora percebeu uma grande falta de introdução sobre o assunto acessibilidade aos cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia civil da universidade. O estudo a norma vigente NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que trata sobre a acessibilidade arquitetônica dentro de edificações e em vias públicas, não é introduzida como disciplina isolada e pouco abordada nas ementas das grades curriculares. Entendendo a relevante abordagem no assunto nos cursos em questão, o projeto tem o objetivo de apresentar aos acadêmicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil as limitações de pessoas portadoras de deficiência física, o que a falta de acessibilidade em edificações e vias públicas acarreta e o que a legislação prevê, de maneira que os impulse a elaboração de projetos visando a total acessibilidade de elementos construtivos. Sendo assim, o projeto teve caráter técnico e reflexivo sobre o assunto. O orientador deste projeto e também atual reitor da IES propôs introduzirmos este como metodologia dentro da “Proposta para Projeto Social com Visão Educativa para Bolsista do UNIEDU – Acessibilidade Física nas escolas do Estado de Santa Catarina” da Secretaria de Estado da Educação, o que fez com que concluíssemos o projeto de maneira a agregar todos os aspectos intencionais. A implementação foi dividida em duas partes: a primeira, ocorrida num sábado, foi de treinamento, onde os alunos tiveram uma aula sobre a norma vigente e o que ela contempla, além disso tivemos uma roda de conversa com pessoas portadoras de deficiência, onde as mesmas relataram suas experiências; na segunda etapa os acadêmicos fizeram visitas técnicas a três unidades escolares para que pudessem verificar a inclusão efetiva da norma, assim como rampas com inclinações corretas, posicionamento de piso tátil, existência de banheiros acessíveis, e outros. Para a análise dos resultados a autora elaborou um questionário para que os alunos respondessem questões sobre o tema e qual a relevância que o treinamento teve a eles, também preencheram a lista de verificação nas unidades escolares checando o cumprimento a norma. Os resultados obtidos foram os esperados, vimos que realmente os acadêmicos não conhecem a norma profundamente, mas com a introdução do assunto em sala, os mesmos poderão elaborar projetos focando na questão. Além disso, os alunos puderam compreender a real importância da aplicação da norma para uma pessoa que necessita da mesma, ouvindo de relatos reais e observando estruturas sem nenhuma acessibilidade.

Palavras-chave:

Engenharia civil, arquitetura, acessibilidade, deficiência, locomoção, norma técnica.

ABSTRACT

This project presents as central theme "Accessibility: importance of its implementation in constructive elements presented to the academics of the courses of architecture and urbanism and civil engineering". Being a graduate student and also a teacher of the educational institution where the research was applied, the author noticed a great lack of introduction on the subject accessibility to the architecture and urbanism and civil engineering courses of the university. The study the current norm NBR 9050/2015 - Accessibility to buildings, furniture, spaces and urban equipment, which deals with architectural accessibility in buildings and public roads, is not introduced as an isolated discipline and little discussed in the curriculum menus. Understanding the relevant approach in the subject in the courses in question, the project aims to present to the academics of the Architecture and Urbanism and Civil Engineering courses the limitations of people with physical disabilities, which the lack of accessibility in buildings and public roads entails and what the legislation foresees, in a way that encourages the development of projects aiming at the total accessibility of constructive elements. Therefore, the project was technical and reflective on the subject. The advisor of this project and also current rector of the IES proposed to introduce this as a methodology within the "Proposal for Social Project with Educational Vision for Scholarship of UNIEDU - Physical Accessibility in the schools of the State of Santa Catarina" of the Secretary of State for Education, which that we conclude the project in a way that aggregates all intentional aspects. The implementation was divided into two parts: the first one, which took place on a Saturday, was a training session, where the students had a lesson about the current norm and what it contemplates, besides we had a conversation with people with disabilities, where the themselves reported their experiences; in the second stage, the students made technical visits to three school units so that they could verify the effective inclusion of the standard, as well as slopes with correct inclinations, position of tactile floor, existence of accessible bathrooms, and others. For the analysis of the results the author prepared a questionnaire for the students to answer questions about the subject and how relevant the training had to them, also filled the checklist in the school units checking compliance with the standard. The results obtained were as expected, we saw that academics do not really know the norm deeply, but with the introduction of the subject in the classroom, they can elaborate projects focusing on the issue. In addition, students were able to understand the real importance of applying the norm to a person who needs it, listening to real reports and observing structures with no accessibility.

Palavras-chave:

Civil engineering, architecture, accessibility, disability, locomotion, technical standard.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divulgação do projeto.....	13
Figura 2 – Capa “Cartilha de Orientação – Acessibilidade” do CREA.	14
Figura 3 – Etapa 01 do projeto: Treinamento e roda de conversa.....	15
Figura 4 - Unidades escolares escolhidas – fator localização.	17
Figura 5 - Visita técnica Grupo 01.	18
Figura 6 - Visita técnica Grupo 02.	19
Figura 7 - Visita técnica Grupo 03.	20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Alunos participantes do projeto.	13
Quadro 2 - Diário das visitas.	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades escolares escolhidas - fator alunos com necessidades especiais matriculados.....	17
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADEVIPS	Associação Deficientes Visuais Planalto Serrano
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAS	Associação Pais Amigos Surdos
CEDUP	Centro de Educação Profissional
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CER	Centro Especializado em Reabilitação
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
EEB	Escola de Educação Básica
GERED	Gerência de Educação do Estado
IES	Instituição de Ensino Superior
NBR	Norma Brasileira
SED	Secretaria de Estado da Educação
SC	Santa Catarina
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	5
1.1 Título	5
1.2 Pesquisadores	5
1.3 Local da Realização da Pesquisa.....	5
1.4 Público-alvo	5
1.5 Período de execução.....	5
1.6 Objetivo da proposta	5
2 JUSTIFICATIVA	6
2.1 Metodologia	6
2.2 Acessibilidade e a sua importância	8
2.3 Acessibilidade na IES	11
3 MÉTODO	12
3.1 Etapa 01: Treinamento e Roda de Conversa	14
3.2 Etapa 02: Levantamento técnico	16
4 RESULTADOS	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25
ANEXOS	26

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Título

Acessibilidade: importância da sua implementação em elementos construtivos apresentada aos acadêmicos dos cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia civil.

1.2 Pesquisadores

Pós-Graduando(a): Evelyn de Oliveira.

Orientador(a): Kaio Henrique Coelho do Amarante.

1.3 Local da Realização da Pesquisa

O local de pesquisa foi o Instituto de Ensino Superior intitulado Universidade do Planalto Catarinense.

1.4 Público-alvo

Este presente projeto foi destinado aos acadêmicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Universidade do Planalto Catarinense, tendo como foco os bolsistas do Artigo 170/CE.

1.5 Período de execução

As atividades tiveram início no dia 29 (vinte e nove) de setembro e sua conclusão ocorreu dia 09 (nove) de novembro, ambos no ano de 2018. Neste primeiro dia 29/10, sábado, sucedeu treinamento dos alunos quanto a norma em questão. E durante a semana do dia 06 ao 09, do mês de novembro, ocorreram os levantamentos nas escolas.

1.6 Objetivo da proposta

Apresentar aos acadêmicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil as limitações de pessoas portadoras de deficiência física, o que a falta de acessibilidade em edificações e vias públicas acarreta e o que a legislação prevê, de maneira que os impulse a elaboração de projetos visando a total acessibilidade de elementos construtivos.

2 JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem como foco o deficiente físico e suas limitações, sendo estas geradas na maioria das vezes pela falta de acessibilidade. Ao se perceber a real necessidade de acesso em elementos construtivos, sejam elas calçadas em vias públicas até edificações de grande porte, gerou-se uma indagação quanto ao assunto abordado dentro de sala de aula e a importância gerada sobre o mesmo. Mediante experiência da própria autora, sendo graduada em engenharia civil, professora e egressa da Universidade do Planalto Catarinense, observou-se que há falhas no ensino aos acadêmicos dos cursos em questão ao que diz respeito à acessibilidade. Pode-se analisar que os acadêmicos têm pouco acesso à norma vigente e, conseqüentemente, os profissionais formados na instituição tem um embasamento insuficiente para atuar no mercado de trabalho onde o foco é a acessibilidade.

Dentro das questões citadas pode-se compreender que um assunto gera o outro, ou seja, a falta de compreensão da importância do assunto gera profissionais que não conseguem tornar um projeto totalmente dentro dos padrões de acessibilidade, e dessa forma as edificações e acesso a elas tornam-se por muitas vezes até impossíveis de acontecer.

O projeto pode tornar-se muito abrangente devido a relevância do assunto, mas a autora deste pretendeu evidenciar os seguintes pontos: o estudo da norma pelos acadêmicos e a consequência gerada na qualificação profissional; e a conscientização dos alunos, não apenas pela relevância no meio profissional, mas também no âmbito social e reflexivo.

Em relação a linha de pesquisa foram abordados três temas: emprego, empreendedorismo e inovação, onde todos estão relacionados com os cursos em questão e a instituição de ensino.

2.1 Metodologia

Quanto a metodologia, este projeto tem como classificação ser uma pesquisa-ação, pois de acordo com Koerich et al (2009), pesquisa-ação trata-se de:

“[...] um processo empírico que compreende a identificação do problema dentro de um contexto social e/ou institucional, o levantamento de dados relativos ao problema e, a análise e significação dos dados levantados pelos

participantes. Além da identificação da necessidade de mudança e o levantamento de possíveis soluções, a pesquisa-ação intervém na prática no sentido de provocar a transformação. Coloca-se então, como uma importante ferramenta metodológica capaz de aliar teoria e prática por meio de uma ação que visa à transformação de uma determinada realidade.” (KOERICH et al, 2009)

Ou seja, um projeto como forma de pesquisa-ação tem o intuito de transformar uma determinada realidade através uma ação que alia teoria e prática, além disso, esse presente projeto traz consigo um caráter estratégico onde, de acordo com Koerich et al (2009), a transformação é previamente planejada e o pesquisador acompanhará os efeitos e avaliará os resultados da aplicação. O modelo desta pesquisa-ação também tem como conceito o ato de investigação, pois conforme também Koerich et al (2009) impulsionará a indagação e reflexão dos participantes, promovendo uma mudança e beneficiando não só a comunidade científica, mas todos aqueles envolvidos no assunto abordado no projeto. Dessa forma, também é possível afirmar que essa pesquisa-ação se torna socialmente crítica¹ porque, por mais que pesquisador e sujeitos estejam buscando melhorar seus conhecimentos, a partir desta melhoria as mudanças ocasionadas melhorarão o atendimento as necessidades das pessoas e aumentarão a compreensão para com o outro.

Para que esta pesquisa se torne realmente uma ação, é necessário que haja a participação de indivíduos para o desenvolvimento da mesma, sendo assim, considera-se que esta pesquisa tem dimensão ontológica porque oferece oportunidades aos acadêmicos de aplicarem seus conhecimentos na prática (KOERICH et al, 2009), participando através de cooptação, onde os mesmos serão persuadidos a ajudar nesta pesquisa (TRIPP, 2005).

De certa forma, esta pesquisa beneficiará o indivíduo pesquisado, fazendo o mesmo refletir sobre a importância da acessibilidade e melhorando as práticas profissionais; a comunidade, ou seja, deficientes físicos, grávidas e/ou idosos que poderão ter acesso a edificações sem restrição de utilização, e a organização que obterá alunos com maior conhecimento e projeto de melhoria para acessibilidade na edificação.

Exponho abaixo o esquema detalhado ocorrido nessa pesquisa, conforme as orientações de Tripp (2005):

1 – Introdução: a intenção principal da autora foi chegar ao objetivo do projeto, do qual já relatado;

¹ Conceituado por David Tripp (2005, p. 458)

2 – Reconhecimento:

2.1 – Falha no ensino dos acadêmicos de engenharia civil quanto à norma brasileira de acessibilidade;

2.2 – Acadêmicos dos cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia civil que não tem embasamento suficiente quanto a norma;

2.3 – Edificações sem acesso adequado a pessoas com deficiência física;

3 – Cada ciclo:

3.1 – Planejamento:

- O primeiro passo de ação foi orientar os alunos, por meio de um encontro (treinamento), quanto à norma de acessibilidade;
- Envolvê-los de forma satisfatória sobre todas as questões abordadas na NBR 9050/2015;
- Foi mostrado a eles, em roda de conversa, como deficientes físicos ou pessoas que tem dificuldade de locomoção conseguem ou não acessar edificações ou vias públicas;
- Através dessa prática pode-se sensibilizar e conscientizar os mesmos, fazendo com que apontassem erros encontrados em comparação com a norma;
- E por fim, foi solicitado visitas técnicas em escolas do estado e município, instigando os acadêmicos a encontrar possíveis correções aos parâmetros da norma vigente, podendo, dessa forma, pôr em prática todo o embasamento teórico.

2.2 Acessibilidade e a sua importância

Antes de dar início a qualquer aprofundamento é necessário entender o conceito de acessibilidade e como ela se aplica. Ao que diz respeito à legislação, a LEI Nº 10.098/2000 define acessibilidade da seguinte maneira: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. A lei trata os portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida aqueles que tem, temporária ou permanentemente, limitada a sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo (BRASIL, 2000). Essa limitação é ocasionada por: a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras arquitetônicas na edificação: existentes no interior dos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes; e d) barreiras nas comunicações: qualquer obstáculo que dificulte

ou impossibilite o recebimento de mensagens através dos meios ou sistemas de comunicação (BRASIL, 2000).

O capítulo 2 do DECRETO Nº 5.296 (2004) considera a pessoa portadora de deficiência ou mobilidade limitada, além daquelas previstas na Lei nº 10.096, a que se enquadra nas seguintes categorias:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
 - b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
 - c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
 - d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho;
 - e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências;
- II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (BRASIL, 2004)

Entende-se então que acessibilidade está ligada não só a deficientes físicos e mentais, mas também a pessoas que tem sua mobilidade reduzida e necessitam de instrumentos que facilitem sua mobilidade, idosos e gestantes por exemplo, são pessoas que demandam de recursos para que obstáculos ou barreiras não impeçam seu direito de ir e vir.

O Decreto, juntamente com a norma técnica regulamentadora de acessibilidade NBR 9050/2015 (desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT), estabelece preceitos quanto ao acesso prioritário às edificações.

Para a NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, acessibilidade é:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015)

O Decreto, juntamente com a norma técnica regulamentadora de acessibilidade NBR 9050/2015 (desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT), estabelece preceitos quanto ao acesso prioritário às edificações. Esta norma técnica citada, tem por intuito e responsabilidade descrever critérios e parâmetros técnicos a serem observados nos projetos, construções e instalação de edificações e meio rural ou urbano quanto às condições de acessibilidade. É por meio dela que se obtém os itens e as especificações necessárias para que um elemento construtivo seja acessível a todos. Ela notifica que, qualquer espaço só será considerado acessível se atender ao disposto da Norma.

Diante de todas essas definições em relação a acessibilidade e sabendo que há, não só leis, mas norma técnica específica para o assunto, deve-se adotar os critérios exigidos, não apenas por uma questão de cumprimento da lei, mas pelo fato de estar garantindo um direito legítimo de ir e vir, assim como a Constituição Federal do Brasil aborda no artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 2016)

De acordo com Aceti (2007) o que se almeja assegurar não é a aparente igualdade, seja física ou psicológica, o foco é assegurar a igualdade das coisas, das oportunidades, do acesso, desde aqueles oriundos da locomoção, até o acesso à comunicação e aos meios de informação e ensino. A constituição assegura o direito de liberdade de ir e vir em território nacional, se esta liberdade é impossibilitada pela falta de acesso, que de fato é, estamos excluindo integralmente o deficiente físico, e dessa forma gerando uma discriminação (ACETI, 2007). Aliás, se impedirmos alguém de usufruir algo que é direito de todos, estamos violando a constituição quando a mesma relata que somos todos iguais. Se somos todos iguais, temos os mesmos direitos, estamos sob a mesma lei e podemos usufruir e nos locomover pelos mesmos lugares.

Oliveira (2003) cita:

Por falta de acessibilidade, as pessoas com comprometimento físico são impedidas de ir ao shopping, ao cinema, ao clube ao teatro, ao mercado, à escola, à igreja, às feiras livres, assistir futebol e fazer compras que são atividades relacionadas com o lazer e a sobrevivência de cada um. Isso em virtude dos espaços não serem adequados às suas necessidades. Assim, estão privadas da vida social com autonomia e independência, devido a uma circunstância imposta pela sociedade. (OLIVEIRA, 2003)

Segundo também Oliveira (2003): é um processo do reconhecimento social de que as deficiências são criadas pela sociedade. Obviamente que as limitações de um deficiente físico podem ser bem maiores que alguém que não tem essas limitações, mas se a sociedade não se empenhar a diminuir esses obstáculos, obviamente que essas barreiras serão bem maiores. E é necessário ter consciência também de que a acessibilidade não é exclusividade de um grupo, mas sim uma situação vivenciada por todos, seja por contato com alguma pessoa portadora de necessidade especial, seja por incapacidade gerada temporária ou permanentemente, enfim, todos podemos sofrer as consequências pela falta de acessibilidade.

2.3 Acessibilidade na IES

O local de implementação do projeto foi a Universidade Planalto Catarinense, tendo como foco os cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia civil. Este foco foi gerado pelo fato de que, pela percepção da própria autora durante sua vida acadêmica, os colegas estavam concluindo o curso tendo pouco embasamento da norma técnica vigente. Conforme analisar a grade curricular dos cursos através do site da instituição² nota-se que não há matéria específica para o tema e nas demais disciplinas não há nada especificado sobre, ou seja, é visto que há uma falha diante de assunto tão relevante. Tratando-se dos cursos escolhidos, é perceptível também que ambos têm papel fundamental para que as construções se tornem gradativamente acessível para todas as pessoas.

Um fato a ser bastante ressaltado neste trabalho é que autora e universidade puderam trabalhar em conjunto. Diante da ideia deste projeto, o orientador Kaio H. C. do Amarante, e também atual reitor da IES, concordou em implantar este projeto como metodologia na

² Site da UNIPLAC: <http://www.uniplaclages.edu.br/home>

“Proposta para Projeto Social com Visão Educativa para Bolsista do UNIEDU – Acessibilidade Física nas escolas do Estado de Santa Catarina”. Este projeto (Anexo A) consiste em:

[...] uma pesquisa aplicada nas Unidades de Ensino da Rede Estadual de Santa Catarina, a qual será realizada pelos estudantes dos cursos de Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, bolsistas do Art. 170/CE que, segundo Inciso VI, Art. 2º, da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, os bolsistas devem "participar em programas e projetos sociais, com visão educativa, propostos pelas universidades em seus projetos de extensão aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, comprovando vinte horas semestrais". (BRASIL, 2018)

Em suma, o projeto da Secretaria de Estado da Educação – SED foi proposto para que os alunos pudessem levantar tecnicamente a falta ou não de acessibilidade nas escolas públicas, para que futuramente as correções sejam feitas, através de projetos elaborados pelos mesmos. Sendo assim cada IES direcionou professores e coordenadores de cursos para desenvolver sua própria metodologia e escolher, no mínimo, duas escolas para o desenvolvimento dos levantamentos. Neste ano, o projeto ocorreu de maneira “piloto” para analisar como cada IES trabalharia com seus alunos e como o projeto decorreria, e em função do tempo, definiu-se que somente o levantamento e relatórios dos mesmos seriam repassados a SED.

Como base técnica, foram utilizados, além da norma ABNT NBR 9050, a “Cartilha de Orientação – Acessibilidade” do CREA, este fornecido pelo projeto da SED.

3 MÉTODO

Para que o projeto chegasse ao objetivo desejado, tendo sucesso não somente técnico sobre o assunto, mas também, e principalmente, de caráter reflexivo, foi desenvolvido em duas etapas: a primeira ocorreu com um treinamento sobre a norma vigente e uma roda de conversa; e a segunda parte, mais prática, houve a elaboração do levantamento técnico, onde os alunos foram às escolas escolhidas.

O projeto durou no total 20 horas, cumprindo com a carga horária que a legislação exige para a participação dos alunos em projetos sociais, conforme o item “j” do Inciso I do Artigo 35: “Ter participado em Programas e Projetos de Extensão com visão socioeducativa (20h semestrais), [...], se beneficiado com bolsa em 2018/2” (PROGRAMA DE BOLSAS UNIVERSITÁRIAS DE SANTA CATARINA, 2018).

Abaixo segue o quadro 01, do qual apresenta-se os alunos participantes e seus respectivos cursos:

Quadro 1 - Alunos participantes do projeto.

ACADÊMICOS	CURSOS
A1	Engenharia Civil
A2	
A3	
A4	
A5	
A6	
A7	
A8	Arquitetura e Urbanismo
A9	

Fonte: Autora, 2018.

Para ofertar o projeto em outros cursos e para demais alunos, tivemos divulgação através do site da UNIPLAC, em parceria com o curso de jornalismo da instituição (Figura 01), mas infelizmente não obtivemos retorno.

Figura 1 – Divulgação do projeto.

Uniplac - Notícias

Acessibilidade em edificações é tema de treinamento na Uniplac



Com o objetivo de ressaltar a importância da acessibilidade em projetos arquitetônicos, a professora Evelyn de Oliveira ministrará treinamento para alunos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. O encontro acontecerá no dia 29, pela manhã.

O Projeto de Acessibilidade nas Escolas da Região Serrana resultou inicialmente da proposta de trabalho de Evelyn para o curso de Especialização em Desenvolvimento Regional da Uniplac, no qual estuda. A execução da ideia conta com os coordenadores dos dois cursos participantes, Diogo Felipe Steinheuser e Grazielle Schemes Oliveira.

Além do conhecimento da parte técnica da norma de acessibilidade, será abordado a parte de sensibilidade, trabalhando com a importância disso dentro uma edificação.

Para melhor discussão do assunto, a aula terá a presença de pessoas que vivenciam diariamente as dificuldades que a falta de acessibilidade lhes acarreta.

O projeto é uma parceria com a Bolsa Artigo 170, em que os alunos beneficiados são solicitados a participar de algum projeto social. Após o treinamento, eles realizarão visitas às escolas onde farão a medição/levantamento das estruturas, para verificar se possuem acessibilidade ou não.

Para a professora responsável, é de suma importância que eles desenvolvam e entendam isso. "Os banheiros corretamente acessíveis, para um projeto arquitetônico tem que ter". E destaca que "é em relação a gente parar um pouco de ver só o nosso mundinho, o nosso redor, e começar a ver não só a questão profissional, mas também pessoal".

O treinamento terá início às 8h00 do sábado, até o meio dia e acontecerá na sala 6122, no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET).

Fonte: Universidade do Planalto Catarinense, 2018.

3.1 Etapa 01: Treinamento e Roda de Conversa

O treinamento dos alunos ocorreu no dia 29 de setembro do referente ano, em um sábado, onde contou com quatro horas de duração. Este treinamento foi dividido em duas horas para abordarmos as especificações da norma; foi tratado o que a norma prevê em relação as especificações exigidas para que uma edificação ou via pública esteja em conformidade com a acessibilidade. Tratou-se de assuntos como inclinações de calçadas, espaçamentos de corredores, especificações de banheiros e entre outros. Para expor de maneira sucinta e objetiva utilizamos a “Cartilha de Orientação – Acessibilidade” do CREA (Figura 02), sendo elaborados slides para melhor apresentação desta aos alunos.

Figura 2 – Capa “Cartilha de Orientação – Acessibilidade” do CREA.



Fonte: CREA, 2017.

O local de treinamento foi a própria UNIPLAC, que nos cedeu sala com data show instalado. Também tivemos a colaboração do professor e coordenador do curso de jornalismo Luiz Augusto Del Moura da Silva, que fotografou alguns momentos deste dia (Figura 03).

Figura 3 – Etapa 01 do projeto: Treinamento e roda de conversa.



Fonte: Luiz Augusto Del Moura da Silva, 2018.

Para as outras duas horas, a autora determinou uma roda de conversa entre alunos e convidados. Estes convidados foram de extrema importância para o projeto, pois puderam relatar, por experiências próprias, o quanto a falta de acessibilidade pode afetar a rotina e o direito de ir e vir. A autora procurou apresentar inúmeros tipos de deficiência.

Contamos com a colaboração de entidades e pessoas físicas, das quais foram:

- Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e da Associação Pais Amigos Surdos - APAS;
- Nayara L. A. S., professora do curso de fisioterapia da UNIPLAC, que levou alguns pacientes do Centro Especializado em Reabilitação – CER II³. São eles: Nelson C. e Valdeci T., ambos com ataxia cerebelar; Antonio C. de S., traumatismo raquimedular e Rejane M. A. W., acidente vascular cerebral;
- Volsiú W. representando a Secretaria de Planejamento e Obras de Lages, abordando sua deficiência (tetraplegia) e assuntos legislativos sobre a acessibilidade;
- Duas representantes da Associação Deficientes Visuais Planalto Serrano - ADEVIPS, e Adilson M. F., que perdeu totalmente a visão dos dois olhos.
- Ana P. B. e Marcelo P. R. relatando a experiência de ter uma filha de 15 anos com autismo.

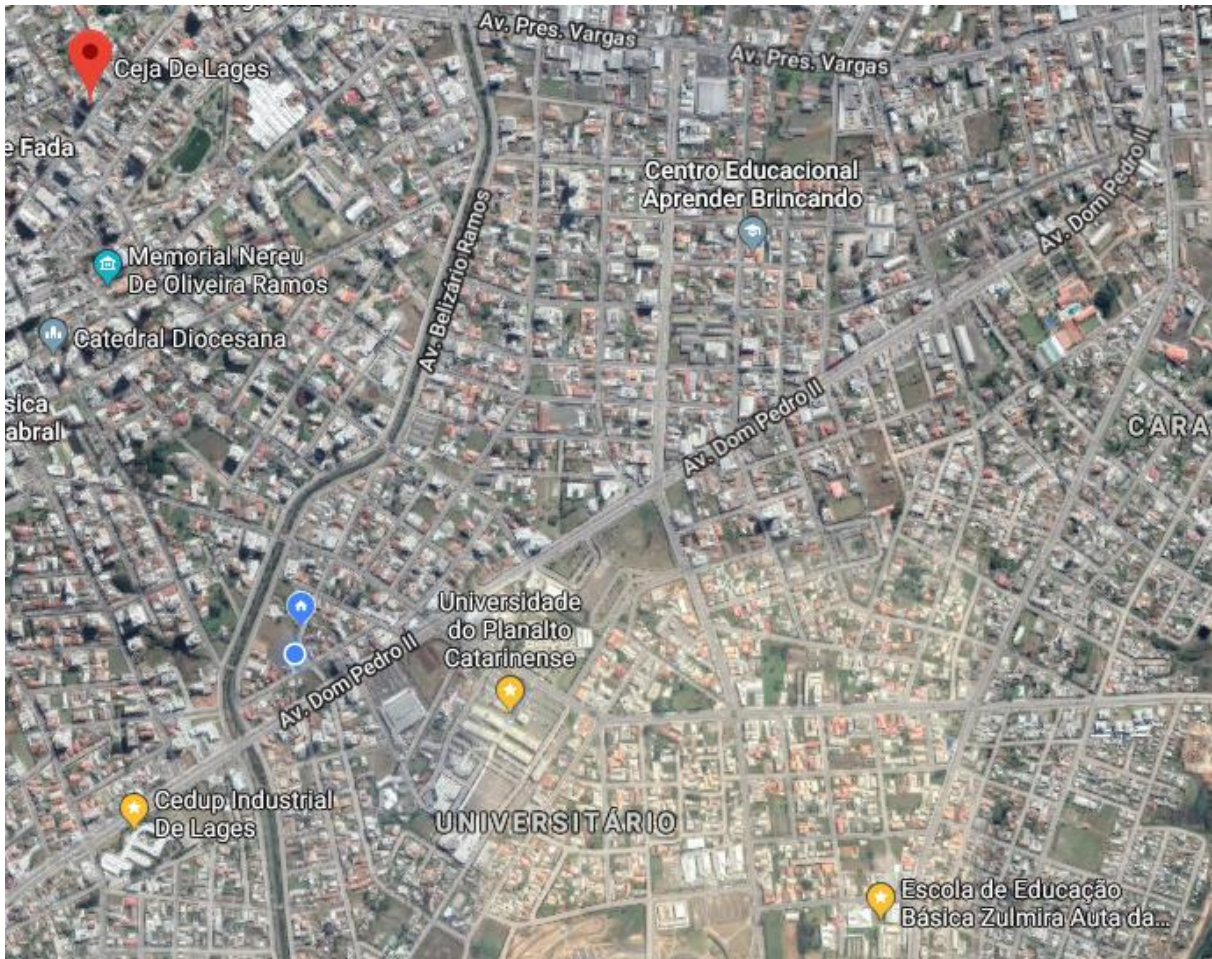
3.2 Etapa 02: Levantamento técnico

Concluído o treinamento do dia 29 de setembro, passamos à segunda parte da implementação do projeto, do qual ocorreu entre os dias 06 e 09 de novembro.

A Secretaria de Estado da Educação nos encaminhou uma lista das unidades escolares da região serrana (Anexo B) para que pudéssemos escolher, no mínimo, duas escolas (sendo uma construída na vertical e outra na horizontal) para elaborar os levantamentos técnicos e desenvolver os relatórios. Foram escolhidas as seguintes escolas: Centro de Educação Profissional Industrial de Lages, Centro de Educação de Jovens e Adultos de Lages e a Escola de Educação Básica Zulmira Auta da Silva. A escolha destas unidades escolares ocorreu pelo fator proximidade a UNIPLAC (Figura 4), de forma que facilitasse a ida dos alunos às mesmas e também pelo número de alunos com necessidades especiais matriculados (Tabela 1).

³ “O Centro Especializado em Reabilitação CER é um dos componentes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, sendo necessária a articulação de fluxos com a atenção básica, atenção especializada em reabilitação física e intelectual e a atenção hospitalar de urgência e emergência. [...] A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde, consiste numa rede de cuidados que visa assegurar acompanhamento e cuidados qualificados para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva, ou estável; intermitente ou contínua, por meio da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde.” Fonte: <https://www.uniplaclages.edu.br/cer/inicio>

Figura 4 - Unidades escolares escolhidas – fator localização.



Fonte: Google Maps, 2018.

Tabela 1 - Unidades escolares escolhidas - fator alunos com necessidades especiais matriculados.

ESCOLAS	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS COM NEC.ESP.
CEDUP INDUSTRIAL DE LAGES	768	2
CEJA DE LAGES	2269	64
EEB ZULMIRA AUTA DA SILVA	1097	25

Fonte: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

Logo após a escolha das unidades escolares, passamos às visitas técnicas. Dividiu-se os alunos em 3 grupos, um para cada unidade, e agendamos as visitas através da Gerência de

Educação do Estado de Santa Catarina – GERED/SC, conforme a disponibilidade de horário dos acadêmicos e das escolas.

Os grupos foram divididos da seguinte maneira:

- **Grupo 01:**

Acadêmicos: A2, A4 e A9;

Unidade escolar visitada: Centro de Educação de Jovens e Adultos de Lages;

Figura 5 - Visita técnica Grupo 01.



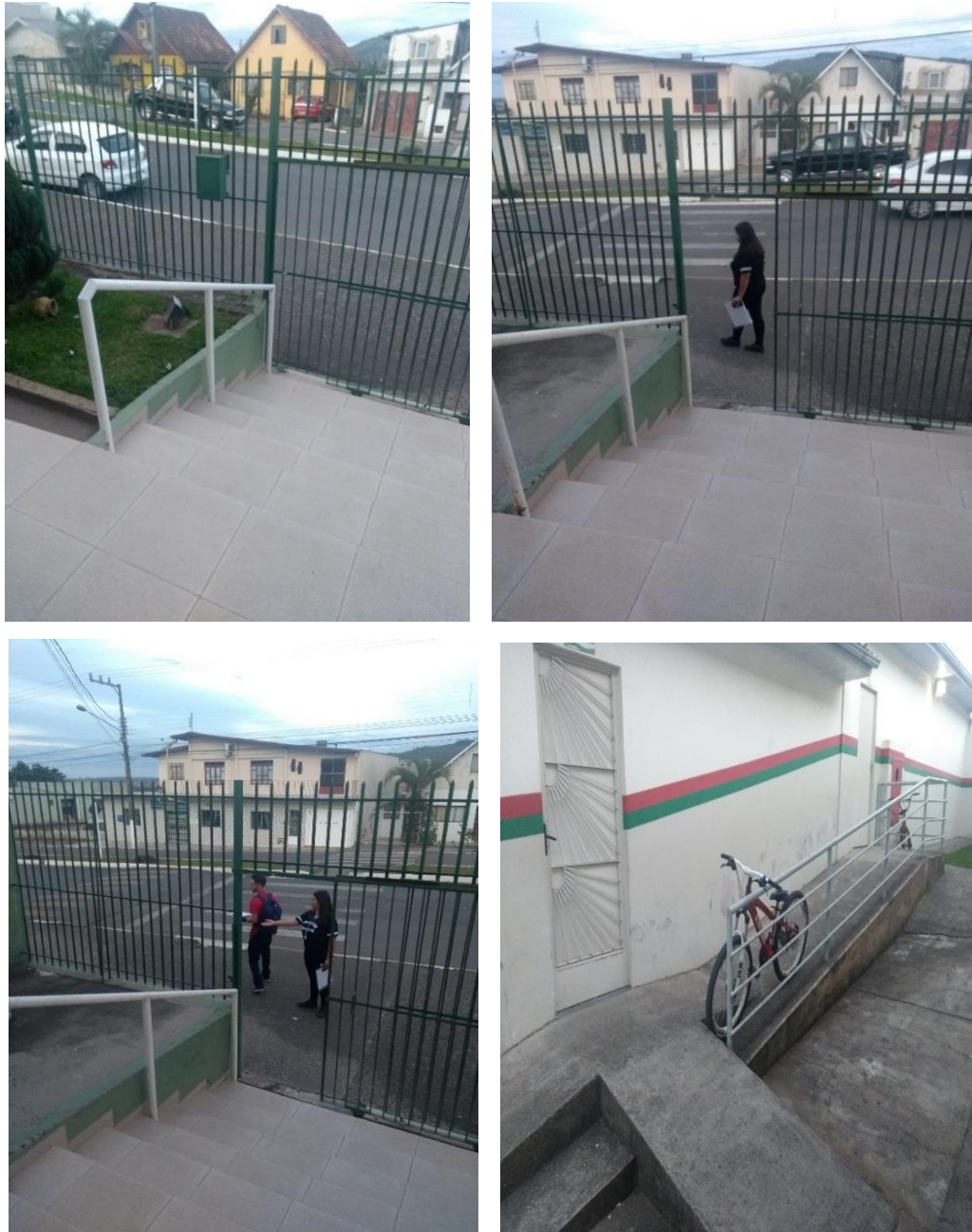
Fonte: Autora, 2018.

- **Grupo 02:**

Acadêmicos: A5 e A7;

Unidade escolar visitada: Escola de Educação Básica Zulmira Auta da Silva;

Figura 6 - Visita técnica Grupo 02.



Fonte: Autora, 2018.

- **Grupo 03:**

Acadêmicos: A1, A3, A8 e A6;

Unidade escolar visitada: Centro de Educação Profissional Industrial de Lages;

Figura 7 - Visita técnica Grupo 03.



Fonte: Autora, 2018.

As visitas ocorreram da seguinte forma:

Quadro 2 - Diário das visitas.

VISITAS TÉCNICAS			
Turno	06/11 - Terça-feira	08/11 - Quinta-feira	09/11 - Sexta-feira
Manhã	GRUPO 01	GRUPO 03	
Tarde		GRUPO 02 e GRUPO 03	GRUPO 03
Noite	GRUPO 02		

Fonte: Autora, 2018.

Nestas visitas os acadêmicos puderam colocar em prática o treinamento ocorrido dia 29 de setembro, os mesmos puderam identificar a existência do cumprimento da norma regulamentadora através de observação e medição de itens como rampas, corrimãos, pisos adequados, barreiras arquitetônicas, quantidade de banheiros acessíveis, entre outros encontrados na NBR 9050/15.

Para auxiliar os acadêmicos às verificações, foi cedido pela UNIPLAC, crachá de identificação, prancheta e a lista de verificação de acessibilidade impressa. Essa lista encontra-se no Anexo II da “Cartilha de Orientação – Acessibilidade” do CREA (Anexo C), cartilha esta, utilizada para o treinamento dos acadêmicos e que foi preenchida durante as visitas técnicas, colaborando grandemente ao desenvolvimento do projeto e das observações dos alunos.

3.2 Análise dos resultados

Para analisar os resultados obtidos na implementação do projeto foram utilizadas as duas partes de maneira separadas. Para a parte de treinamento, foi pedido aos alunos que respondessem quatro questões abordando a acessibilidade e sua relação com as pessoas que obtêm algum tipo de deficiência, as perguntas foram:

- O que você entende por acessibilidade?
- Qual a importância do assunto para a sociedade e para o profissional (engenheiro civil/arquiteto)?
- Tem ou teve algum convívio próximo com deficientes físicos? Relate como foi. Caso tenha alguma deficiência ou por algum período teve sua locomoção limitada, qual foi sua experiência?

- Após o encontro do sábado, dia 29 de setembro, o que mudou na sua forma de observar a acessibilidade nas edificações e vias públicas?

Em anexo D podemos encontrar o questionário respondido de cada aluno presente no dia.

Outro relatório elaborado pelos alunos foi o levantamento realizado nas escolas, este relatório foi o proposto pela SED e tem caráter totalmente técnico. Por se tratar de algo proposto por outro projeto, não determinamos como essencial ao trabalho o anexo de cada relatório, porém, as informações obtidas em cada visita são de extrema relevância para os resultados finais deste projeto. As informações encontradas foram relatadas em fotografia, lista de verificação de acessibilidade e muitas observações realizadas pelos alunos.

4 RESULTADOS

Diante de todo o projeto implementado e de todos os resultados obtidos pode-se perceber que de fato os alunos ainda não tinham grande conhecimento da norma, fator que resulta em edificações vistas nas visitas técnicas.

Em relação ao dia de treinamento, onde os alunos puderem compreender melhor os critérios exigidos na norma e as necessidades de pessoas com deficiência física e mental, pode-se identificar que os mesmos conseguiram absorver a ideia do projeto.

No questionário respondido pelos acadêmicos, lemos pontos como: “Se desde o início dos nossos projetos pensarmos em acessibilidade, as dificuldades seriam menores.” (acadêmica A2); “[...] é seguro dizer que o engenheiro civil é o grande executor das ações de acessibilidade dentro da realidade da construção, cabendo a ele a necessidade de conhecer toda a legislação e aplicá-la.” (acadêmico A3); e acadêmico A7 também aborda sobre o tema acessibilidade: “[...] é uma parte muito defasada nesta profissão”. É visto que os alunos conseguiram entender a importância da norma para sua caminhada profissional, e sua relevância para a sociedade.

Outros relatos puderam mostrar o contexto reflexivo do projeto, onde os alunos puderam ouvir experiências das pessoas que tinham algum tipo de deficiência. A acadêmica A2 cita: “Podem ser pequenas coisas, mas agora percebo que para os deficientes representa tudo.” Acadêmico A4 comenta ficar triste por saber que pessoas não conseguem se locomover por

falta de acesso, e o acadêmico A6 menciona ter passado por uma lição de vida após o encontro de sábado.

Acredito que o dia de treinamento e, principalmente, a roda de conversa conseguiram fazer com que os alunos puderam constatar que não se trata apenas de cumprir com fatores técnicos da norma, mas que a acessibilidade vai além disso, entender que estes fatores são extremamente importantes para a qualidade de vida de qualquer cidadão.

Sobre as visitas nas escolas, mesmo sendo algo de caráter mais técnico, também foi fundamental ao projeto. Os acadêmicos puderam observar a realidade nas edificações, em que muitas vezes se intitula acessível, mas não consegue suprir o mínimo. Na escola CEJA de Lages, onde há o maior número de alunos portadores de necessidades especiais das unidades escolares (Tabela 1), foi visto que não há sequer equipamento eletromecânico para vencer o desnível, sendo que a escola é construída na vertical.

Na E.E.B. Zulmira Auta da Silva, onde a própria diretora comentou ser uma unidade escolar utilizada como exemplo de acessibilidade para local de votação neste último ano, relatamos inúmeros erros de construção de rampas, vários obstáculos nas rotas de circulação e banheiros sem o mínimo de apoio. Já no CEDUP Industrial de Lages, onde poderia ser um colégio mais estruturado em relação a acessibilidade por ter sido reformado recentemente, vimos que não há nada além de rampas.

Em suma, os alunos também puderam entender que não é apenas o conhecimento da norma, mas aplicá-la de maneira correta, pensando no objetivo que ela aborda: o direito de ir e vir de qualquer cidadão, portador de deficiência ou não.

Sobre a implementação do projeto, conseguimos concluí-lo de maneira eficaz, fazendo com que acadêmicos, universidade e escolas pudessem visualizar o assunto de modo mais relevante ao cotidiano. Claro que sempre é possível melhorar, mas os resultados obtidos foram os esperados e acredito que os acadêmicos conseguirão, não apenas incluir em seus futuros projetos a norma de acessibilidade, mas introduzir a vida questões atitudinais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste projeto agregou completamente ao amadurecimento pessoal e profissional da autora, ao estudar a norma para realização do treinamento, foi aprendido sobre

exigências ainda desconhecidas. Em relação a roda de conversa, não há palavras que expressem o aprendizado, é perceptível que ainda não conseguimos olhar para fora da “bolha” em que vivemos e não nos preocupamos com a necessidade de outras pessoas.

Dois relatos chamaram a atenção, um em que Rejane M. (AVC) disse que não cortava mais o cabelo, pois o salão do qual o fazia não era acessível; e outro foi de Adilson M., que disse sentir medo após perder completamente a visão, pois sabia como eram os motoristas e se incluía como aquele que não respeitava o pedestre. Diante disso, percebemos que não atentamos ao nosso redor, conseqüentemente, a maioria dos profissionais capacitados a tornarem a rotina de pessoas portadores de deficiência mais acessível também não conseguem perceber a importância do assunto, gerando projetos sem o mínimo necessário.

Os alunos também relataram, através do questionário, sobre como a falta de acesso pode prejudicar, o acadêmico A5 comentou: “No ensino fundamental, na escola Belizário Ramos, tive um colega portador de deficiência física, a escola tinha mais rampas do que escadas, tinha um banheiro adaptado, a maior dificuldade era em relação às mesas, pois sua cadeira de rodas era mais alta, então uma das mesas foi adaptada com calços para que ficasse uma altura adequada para ele”. Outros dois alunos, portadores de deficiência física (nanismo e visão monocular), expuseram acontecimentos infelizes que ocorreram pela falta de acessibilidade.

Nas visitas técnicas, um fato que ocorreu em duas das três unidades escolares, foi que os diretores vieram a nós para relatar diversas situações vividas pela falta de acessibilidade nas mesmas. Concluindo que elas realmente não estão aptas a receber alunos com tais necessidades especiais.

Foi compreendido que acessibilidade não é apenas incluir rampa em todo o local em que se acha necessário, é olhar além, cumprir a norma e ter atitude ao olhar o outro, suprimindo sua carência. Aliás, as limitações vão além da cadeira de rodas, crianças com autismo, por exemplo, também precisam de atenções especiais das quais escolas não estão preparadas para tal.

Sintetizando o que foi abordado e comentado, o projeto trouxe grande aprendizado, não apenas aos alunos ou a própria autora, mas a todos que participaram do mesmo. E obviamente, que não apenas em caráter técnico, com o conhecimento da norma, mas de maneira pessoal, onde pode-se perceber a real necessidade de compreender a carência do outro e auxiliar no que for preciso. Assim como futuros arquitetos e engenheiros civis, acredita-se que os acadêmicos olharão para o assunto de maneira completamente diferente.

REFERÊNCIAS

ACETI, Débora Cristina Siqueira. O amparo legal aos portadores de necessidades especiais. Anuário de Produção Acadêmica Docente - **ANUDO**, v. 1, n. 1, p. 207-214, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3 ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2004). Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004. **Decreto Nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004**. [S.l.].

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2000). Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000. **Lei Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000**. [S.l.].

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação (Org.). **Proposta para Projeto Social com Visão Educativa para Bolsistas do UNIEDU**: Acessibilidade Física nas Escolas do Estado de Santa Catarina. UNIEDU, 2018.

OLIVEIRA, Elaine Teresa Gomes de. **acessibilidade na universidade estadual de londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

PROGRAMA DE BOLSAS UNIVERSITÁRIAS DE SANTA CATARINA (Santa Catarina). Fundação Uniplac (Org.). **Edital nº 087/2018**: Bolsas de Estudo Artigo 170/CE. 2018. Disponível em: <<https://data.uniplaclages.edu.br/publicacoes/editais/1843a56735be8f03dad0aa605d4aadddf>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

ANEXOS

ANEXO A – PROPOSTA PARA PROJETO SOCIAL COM VISÃO EDUCATIVA PARA BOLSISTA DO UNIEDU	27
ANEXO B – CADASTRO DAS UNIDADES ESCOLARES.....	35
ANEXO C – LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE.....	36
ANEXO D – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELOS ACADÊMICOS.....	41

ANEXO A – PROPOSTA PARA PROJETO SOCIAL COM VISÃO EDUCATIVA PARA BOLSISTA DO UNIEDU



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional
Gerência de Políticas e Programas de Educação Superior



PROPOSTA PARA PROJETO SOCIAL COM VISÃO EDUCATIVA PARA BOLSISTAS DO UNIEDU

ACESSIBILIDADE FÍSICA NAS ESCOLAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1 - INTRODUÇÃO

Todas as pessoas, entre as quais se incluem as que possuem algum tipo de deficiência, têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Essas áreas contribuem para a inserção social, desenvolvimento de uma vida saudável e de uma sociedade inclusiva.

Com uma população de mais de 207 milhões de habitantes (IBGE, 2017) o Brasil atravessa grandes mudanças nos últimos anos no campo econômico e social com desafios a serem superados pela sociedade incluí-se neste contexto o envelhecimento populacional e a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais, que no país totalizam aproximadamente 50 milhões de brasileiros.

O tema acessibilidade é novo no Brasil e regulamentado por etapas desde a Constituição Federal de 1988 e com último Decreto Federal 5.296/2004 sobre revisões técnicas sobre mobilidade e mobiliários urbanos e revisado a norma recente no final de 2015.

Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, acessibilidade deriva do latim *accessibilitate* e significa a qualidade de ser acessível, ou ainda, facilitar o acesso a alguma coisa. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da Norma Brasileira (NBR) 9050 (2004, p.2), define acessibilidade como “possibilidade e

condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

O espaço e o ambiente escolar têm a capacidade de proporcionar e aproximar a comunicação e a convivência entre as pessoas. A acessibilidade é o conjunto de condições e possibilidades de alcance a todas as pessoas, para a utilização com segurança e autonomia de espaços e edificações, sejam eles públicos ou privados. O mobiliário e os equipamentos devem proporcionar a maior autonomia, conforto e independência possível a todos e dar a pessoa com deficiência, o direito de ir e vir a todos os locais da escola, de se comunicar livremente e participar de todas as atividades com o máximo de independência possível.

A acessibilidade é um fator essencial no processo de inclusão educacional. A inclusão visa possibilitar a produtividade de um indivíduo em suas atividades diárias, tendo às melhores condições possíveis para possibilitar convívio social, ensino/aprendizagem, propiciar aos indivíduos as mesmas oportunidades que os demais possuem. Desta forma, a acessibilidade não deve se limitar somente em permitir a chegada à escola e dependências administrativas de estudantes, professores, funcionários e comunidade escolar, mas também permitir a participação das atividades que ali acontecem, tornando a inclusão uma realidade.

De acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 28% das escolas no país oferecem condições de acessibilidade. Isso não quer dizer, entretanto, que sejam totalmente acessíveis.

Muitas escolas se limitam a realizar adaptações pontuais, muitas vezes emergenciais ou improvisadas, como construção de pequenas rampas e adaptação de banheiros, geralmente para cumprir algum requisito para autorização de funcionamento ou suprir a demanda de um estudante em particular.

A legislação brasileira assegura aos deficientes acessos à informação. Espaços como bibliotecas e laboratórios de informática devem ser adaptados para receber todos os tipos de alunos. Laboratórios de informática, por exemplo, devem contar com

softwares de leitura de textos e reconhecimento de voz para deficientes visuais e motores. Essas melhorias se estendem para as informações acadêmicas dos alunos, como notas e frequência.

O governo tem procurado em diversas oportunidades incentivar e fomentar a inclusão, seja por medida de lei, como da própria Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 e inserção no mercado de trabalho, Art. 93, da Lei 8.213, de 24 de julho 1991, legislações que tem como objetivo promover a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência. Também, Art. 24, do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, regulamenta "Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários". E através da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual considera em seu Art. 8º que:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Para o Estado de Santa Catarina além do cumprimento das Leis Federais, tem a obrigação de atingir as metas e estratégias dispostas no Plano Estadual de Educação - PEE, que traz atravésna meta 4 o objetivo de universalizar a educação especial de 4 a 17 anos, buscando através da estratégia 4.7 a garantia do [...]acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, [...].(PEE,2014)

Assim, a Secretaria de Estado da Educação(SED), por meio da Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional(DIPE)Gerência de Políticas e Programas da

Educação Superior(GEPRE) e a Diretoria de Infraestrutura(DINE) em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) realizarão pesquisa sobre acessibilidade nas Unidades de Ensino da Rede Estadual de Educação. O projeto fará parte do Programa de Bolsas Universitária de Santa Catarina - UNIEDU na execução do Projeto Social com Visão Educativa que dever ser realizado pelo estudante bolsista.

Para elaboração deste projeto a SED utilizou como referência o projeto "Acessibilidade Física das Escolas Estaduais de Santa Catarina", executado pelo Centro Universitário Católica de Santa Catarina de Joinville, que teve como Coordenadoras as Professoras Kátia Cristina Lopes de Paula e Maria Claudia Lorenzetti Correa.

2 - JUSTIFICATIVA

Três em cada quatro escolas do país não contam com itens básicos de acessibilidade, como rampas, corrimãos e sinalização. Menos de um terço possui sanitários adaptados para deficientes. É o que revela o Censo Escolar 2016, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Um aspecto importante para o desenvolvimento dos indivíduos é a acessibilidade, porque, não bastam termos corredores, elevadores, rampas e banheiros adequados, é necessária uma preocupação também no desenvolvimento das atividades em todos os ambientes da escola e atendimento a todos, tanto deficiente físico, visual, auditivo e demais deficiências ou incapacidades. Nesse sentido a proposta deste projeto é fazer um estudo sobre a acessibilidade nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, procurando identificar nos ambientes situações que impeçam o pleno desenvolvimento das atividades e a real inclusão.

Temos assistido, ao longo dos últimos anos, a aparição de projetos e iniciativas, que visam solucionar problemas de acessibilidade nas escolas. Atualmente, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), à luz da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), orienta as escolas para a construção de sistemas educacionais inclusivos, que assegurem o direito de todos à educação. Nesse contexto, o MEC/SEESP implementou o Programa Escola Acessível que apóia projetos de acessibilidade dos prédios escolares, os quais visam promover tanto a adequação arquitetônica quanto

a dos mobiliários e da sinalização. Porém constatamos que muitas escolas acabam não sendo beneficiadas por falta de conhecimento técnico, bem como por se tratarem de edificações onde suas concepções arquitetônicas não privilegiavam ou foram concebida a luz da norma 9050 NBR até porque se trata de um instrumento normativo introduzido a partir de 2004.

Nesse sentido, este projeto de caráter acadêmico e institucional entre a Secretaria de Estado da Educação e as Instituições de Ensino Superior, busca desenvolver um projeto inicial para iniciar um processo de diagnóstico em Acessibilidade Física das Escolas Estaduais de Santa Catarina. Dadas às diversas dificuldades neste campo a iniciativa da Secretaria de Estado da Educação tem a finalidade de criar instrumentos de análise das barreiras arquitetônicas encontradas nas escolas, buscando fornecer subsídios para projetos que contemplem a superação das desigualdades físicas e sociais nos espaços de ensino.

A real relevância desta ação não esta somente na produção de um trabalho técnico qualificado, mas também visa contribuir para a eliminação de uma das formas mais cruéis de segregação que assistimos em todas as camadas sociais: a exclusão de pessoas com deficiências físicas, sensoriais e/ou mentais.

Além disto, observa-se que o projeto promove a valorização do artigo 170 e 171 e principalmente insere os acadêmicos do curso de engenharia civil e de arquitetura e urbanismo de forma prática em um trabalho de grande contribuição para a inclusão social e ao cumprimento dos deveres enquanto cidadãos.

Sabemos que a escola é o local onde as crianças se relacionam longe da influência direta de familiares já “contaminados” pelo preconceito, por isso para garantir que a escola se torne um ambiente educativo inclusivo se faz necessário assegurar o acesso e a participação independente de todos os alunos às suas instalações físicas e atividades de formação.

3 - OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Analisar as condições das escolas estaduais de Santa Catarina no que se refere à acessibilidade de todos os indivíduos que a frequentam.

3.2 Objetivos Específicos

- Criar instrumentos de avaliação que permitam identificar as dificuldades encontradas por alunos com deficiência no uso dos espaços e equipamentos educacionais;
- Aplicar um instrumento de avaliação, mapear e diagnosticar as barreiras arquitetônicas referentes à acessibilidade;
- Sistematizar os dados coletados transformando-o em informações e diretrizes para contratação de projetos;

4 - METODOLOGIA

A natureza do projeto proposto consiste em uma pesquisa aplicada nas Unidades de Ensino da Rede Estadual de Santa Catarina, a qual será realizada pelos estudantes dos cursos de Arquitetura, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, bolsistas do Art. 170/CE que, segundo Inciso VI, Art. 2º, da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, os bolsistas devem "participar em programas e projetos sociais, com visão educativa, propostos pelas universidades em seus projetos de extensão aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, comprovando vinte horas semestrais".

O projeto será orientado pelo coordenador do curso ou pelo professor responsável por pesquisa, na área, na IESos alunos serão orientados pela Diretoria de Infraestrutura/DINE e suas gerências.

À Diretoria de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação, também caberá subsidiar as Universidades com os dados referentes às escolas. Utilizar-se-á da Base de Dados do Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina – SIGESC, buscando as escolas com maior número de alunos e com o maior número de deficientes sejam eles com ou sem mobilidade reduzida.

As Universidades utilizarão como base técnica a Cartilha de Acessibilidade do CREA , as normas da ABNT NBR 9050, o Manual de Adaptação de Acessibilidade, disponibilizado pelo Governo Federal, e o Projeto de "Acessibilidade Física das Escolas Estaduais de Santa Catarina", entre outros documentos que forem necessários para complementação do tema.

Os projetos arquitetônicos destas unidades escolares serão disponibilizados para as instituições, observada a existência dos mesmos nas Agências de Desenvolvimento Regional ou na Secretaria de Estado da Educação na Diretoria de Infraestrutura Escolar.

A SED também entrará em contato com todas as gerências de Educação e de Infraestrutura explicando como ocorrerão as ações para realização do diagnóstico nas escolas elencadas.

O estudo técnico deverá gerar primeiramente um diagnóstico físico das questões relativas à acessibilidade, a etapa subsequente é gerar informações para a contratação de projetos para melhoria da acessibilidade e a terceira etapa será a partir dos projetos a mensuração (quantitativa, qualitativa) e orçamentária para a demanda da ordem de investimento a serem realizados em cada um dos educandários estaduais.

Este estudo será desenvolvido inicialmente em duas edificações com duas tipologias: escolas com desenvolvimento horizontal e escolas verticalizadas esta metodologia objetiva, portanto atender o perfil atualmente existente nas mais de 1073 edificações escolares do Estado de Santa Catarina.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Este trabalho é um projeto piloto, no qual buscaremos através desta base de dados que será construída, mapear as escolas que necessitam de intervenções imediatas, a médio e em longo prazo.

O que esta Diretoria de Infraestrutura visa através deste projeto piloto, é fazer com que este seja um projeto contínuo, visto que na primeira fase não será possível atingir todas as escolas.

Pretende-se também utilizar o SIGESC como base para fonte dos dados levantados, pois através dele poderemos utilizá-lo como um suporte técnico.

É importante frisar que este projeto, contribuirá para o desenvolvimento do planejamento estratégico da SED no quesito obras de acessibilidade, pois com o diagnóstico das escolas poderemos fazer planejamento orçamentário anual visando à elaboração dos projetos, aprovação nos órgãos de controle e a execução, buscando assim garantir o direito a inclusão no espaço escolar a criança com deficiência.

Sugere-se a elaboração de Termo de Cooperação Técnica entre as partes, neste caso a Secretaria de Estado da Educação e as instituições de ensino superior participantes deste projeto, a fim de que se possam delimitar os papéis e áreas de atuação de cada uma destas, bem como suas respectivas responsabilidades perante o projeto. Este instrumento além de balizar as responsabilidades poderá futuramente orientar ações conjuntas em novos projetos que possam ser realizados entre ambos.

REFERÊNCIAS

Art. 170/CE que, segundo Inciso VI, Art. 2º, da Lei Complementar

Decreto Federal 5.296/2004

Dicionário Aurélio

(NBR) 9050 (2004, p.2),

IBGE, 2017

Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015)

MEC/2008

ONU 2006

ANEXO B – CADASTRO DAS UNIDADES ESCOLARES

CADASTRO DAS UNIDADES ESCOLARES						
ADR	MUNICÍPIO	CÓDIGO DA ESCOLA	ESCOLAS	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS COM NEC.ESP.	PROJETOS ARQUITETÔNICOS
Lages	SAO JOSE DO CERRITO	32131	CEDUP CAETANO COSTA	203	1	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	139688	CEDUP INDUSTRIAL DE LAGES	768	2	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29963	CEDUP RENATO RAMOS DA SILVA	1559	6	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	701173	CEJA DE LAGES	2269	64	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOAQUIM	701793	CEJA DE SAO JOAQUIM	226	10	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	BOM JARDIM DA SERRA	34819	EEB ADOLFO JOSE MARTINS	511	15	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	OTACILIO COSTA	31070	EEB AGAR ALVES NUNES	389	7	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	BOM RETIRO	71323	EEB ALEXANDRE GUSMAO	1022	19	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	URUBICI	36943	EEB ARAUJO FIGUEIREDO	844	36	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOAQUIM	101095	EEB ARY DE SOUZA BORGES	483	8	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	28509	EEB BELISARIO RAMOS	760	28	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	BOCAINA DO SUL	29971	EEB CAMPOS SALES	105	3	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29475	EEB CORA BATALHA DA SILVEIRA	388	13	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	OTACILIO COSTA	31062	EEB ELZA DEEKE	814	20	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	CAPAO ALTO	29130	EEB EMILIANO RAMOS	105	0	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	OTACILIO COSTA		EEB FAZENDA OLINKRAFT			Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29467	EEB FRANCISCO MANFROI	730	10	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29483	EEB FREI NICODEMOS	654	11	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29980	EEB GEN JOSE PINTO SOMBRA	1139	23	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	30457	EEB GODOLFIN NUNES DE SOUZA	950	19	Reformada
Lages	PONTE ALTA	38067	EEB IRMA GERTRUDES	307	7	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	ANITA GARIBALDI	32204	EEB ISIDORO SILVA	248	8	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	CORREIA PINTO	38440	EEB JOAO PAULO I	722	9	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOSE DO CERRITO	31631	EEB LEOVEGILDO ESMERIO DA SILVA	288	5	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	30465	EEB LUCIA FERNANDES LOPES	959	11	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	CAMPO BELO DO SUL	37354	EEB MAJOR OTACILIO COUTO	799	17	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOAQUIM	34320	EEB MANOEL CRUZ	817	9	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	URUBICI	36951	EEB MANOEL DUTRA BESSA	227	5	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	URUPEMA	33154	EEB MANOEL PEREIRA DE MEDEIROS	421	51	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29629	EEB MARIA QUITERIA	425	8	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOAQUIM	34339	EEB MARTINHO DE HARO	613	32	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOSE DO CERRITO	31615	EEB MAURO GONCALVES FARIAS	708	16	Reformada
Lages	LAGES		EEB MELVIN JONES			Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	OTACILIO COSTA	31089	EEB NOSSA SENHORA DE FATIMA	163	4	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29947	EEB NS DO ROSARIO	980	8	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	CORREIA PINTO	38423	EEB NS DOS PRAZERES	904	17	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	PAINEL	30104	EEB PADRE ANTONIO TRIVELLIN	332	9	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	ANITA GARIBALDI	32603	EEB PE ANTONIO VIEIRA	758	21	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	30120	EEB PROF ILZA AMARAL DE OLIVEIRA	600	6	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	PALMEIRA	31097	EEB PROFª ANTONIETA SILVEIRA	296	8	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	38525	EEB PROF FLORDOARDO CABRAL	878	24	Reformada
Lages	CERRO NEGRO	37761	EEB PROF OTILIA ULYSSEA UNGARETTI	478	9	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	30473	EEB PROF ARMANDO RAMOS DE CARVALHO	999	7	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	RIO RUFINO	36366	EEB PROF DJALMA BENTO	370	6	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	30287	EEB PROF EGIDIO BARAUNA	585	10	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29491	EEB PROFª JORGE AUGUSTO NEVES VIEIRA	320	7	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29009	EEB RUBENS DE ARRUDA RAMOS	1294	40	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOAQUIM	33677	EEB SAO JOSE	855	9	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	28487	EEB SAO JUDAS TADEU	556	7	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	PONTE ALTA	38059	EEB SAO TARCISIO	331	7	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	28533	EEB VIDAL RAMOS	425	33	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	28983	EEB VIDAL RAMOS JUNIOR	1635	40	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	28541	EEB VISCONDE DE CAIRU	599	11	Reformada
Lages	LAGES	30449	EEB ZULMIRA AUTA DA SILVA	1097	25	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	SAO JOSE DO CERRITO	31135	EEF LAUDELINO DE SOUZA MEDEIROS	86	2	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	BOM RETIRO	155187	EEM VALMIR MARQUES NUNES	311	14	Solicitar ao Gerente de Infraestrutura
Lages	LAGES	29955	EEB INDUSTRIAL DE LAGES	1197	19	Reformada

ANEXO C – LISTA DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

Anexo II

Lista de verificação de acessibilidade

Dados do Empreendimento		
Órgão / Entidade:		Data:
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Município:
Tipo de Utilização:	Própria	Alugada
Representante Legal:		
Responsável pelas informações:		
CALÇADAS		
1. Tem largura mínima de 1,20 m (circulação de uma pessoa em pé e outra com cadeira de rodas)?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. Revestimento do piso é antiderrapante?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. Revestimento do piso tem superfície regular, contínuo, sem provocar trepidações?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. A inclinação transversal da calçada apresenta oscilações?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Se existem obstáculos como caixas de coletas, lixeiras, telefones públicos e outros, estes obstáculos estão fora do espaço de passagem de pedestres?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação, estão localizados a uma altura superior a 2,10 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. A acomodação de acesso de veículos é feita exclusivamente dentro do imóvel, de forma a não criar degraus ou desníveis abruptos na calçada?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
8. Na calçada em frente a edificação, se houver, a faixa destinada à travessia de via pública por pedestre, há rebaixamento de meio-fio e rampa sobre a calçada?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
9. Há faixa de circulação plana, livre e contínua na calçada em frente à rampa, com no mínimo 120 cm? (vide figuras 29 e 30 da Cartilha)	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
10. Há faixa de sinalização tátil de alerta com textura e cor diferenciada no piso da rampa com largura entre 40 a 60 cm, conforme item 6.6 da NBR 16537/16?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
11. Os acessos de estacionamento: estão localizados dentro da faixa de serviço ou dentro da faixa de acesso junto aos imóveis, não obstruindo a faixa de livre circulação e não interferindo na sua inclinação transversal?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
Anotações e Observações:		
I. Largura da faixa pavimentada da calçada (se houver pontos com largura menor que 120 cm):		
II. No caso de obstáculos, identifique-os:		

III. Outras observações:

ESTACIONAMENTO PARA USO PÚBLICO

1. Há estacionamento na via pública?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. Há vaga reservada acessível na via pública?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. Há sinalização nestas vagas, por meio de faixa de 1,20 m de largura pintada no piso, em amarelo, lateral à vaga e demarcação da vaga com linha contínua na cor branca sobre o pavimento?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rebaixamento de meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou passeio?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Nas áreas externas ou internas da edificação, distintas a garagem/estacionamento, as vagas reservadas acessíveis são devidamente sinalizadas?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. As vagas reservadas são identificadas com placa vertical, com o símbolo internacional de Acesso e com identificação escrita relativa à condição de reserva da vaga e do público-alvo?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. As vagas preferenciais estão dispostas próximas às rotas acessíveis?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica

EDIFICAÇÃO - INFORMAÇÕES GERAIS

1. O percurso que une a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos é acessível?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. Há pelo menos uma rota acessível ao interior da edificação que está livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. Se não há elevador ou outro equipamento eletromecânico acessível, há rampas ligando os pavimentos?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rampa em qualquer caso onde ocorra um desnível maior que 2,0 cm e menor que 48 cm?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Existe pelo menos uma rota acessível que se comunique horizontalmente e verticalmente com todas as dependências e serviços do edifício, entre si e a área externa?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. Há pelo menos um banheiro acessível?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica

Anotações e Observações:

--

CIRCULAÇÃO EXTERNA - ACESSO DA VIA PÚBLICA ATÉ A EDIFICAÇÃO		
1. Revestimento do piso tem superfície plana, regular, contínuo, sem provocar trepidações se é antiderrapante?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. Os espaços de circulação externa têm uma faixa livre com largura mínima de 120 cm (para circulação de uma pessoa em pé e outra em uma cadeira de rodas)?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. As juntas de dilatação ou grelhas tem no máximo 15 mm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. Onde há desníveis entre 0,5 cm e 2,0 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Onde há degraus, maiores que 2,0 cm, e escadas, há rampa ou equipamento eletromecânico vencendo o mesmo desnível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. Os capachos são embutidos?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. As zonas de circulação estão livres de obstáculos como caixas de coletores, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores de incêndio e outros?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
8. Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 210 cm em relação ao piso?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
9. Há sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 60 cm e 210 cm, distando 60 cm do limite da projeção?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
CIRCULAÇÃO INTERNA (EDIFICAÇÃO)		
1. Se a extensão do corredor é de até 4,00 m, a sua largura mínima é de 0,90 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. Se a extensão do corredor é de 4,00 m até 10,00 m, a sua largura mínima é de 1,20 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. Caso seja superior a 10,00 m de comprimento, sua largura mínima é de 1,50 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. O piso dos corredores e passagens é revestido com material não escorregadio, regular e contínuo?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Onde há desnível entre 0,5 cm e 2,0 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. Onde há degraus, maiores que 2,0 cm, e escadas, há rampa ou equipamento eletrônico vencendo o mesmo desnível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. Há guarda-corpos nos desníveis/terraços em materiais rígidos, firmes, fixos às paredes/barras de suporte? Oferecem segurança?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
8. Obstáculos como caixas de coleta, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores e outros estão fora da zona de circulação?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
9. Há sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 60 cm e 210 cm, distando 60 cm do limite da projeção?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica

10. Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 210 cm em relação ao piso?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
--	---------------------------	---------------------------	-------------------------------------

PORTAS

1. As portas têm vão livre mínimo de 80 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. As maçanetas são do tipo alavanca?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Há uma largura mínima de 150 cm em frente à porta (lado da abertura)?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há uma largura mínima de 120 cm em frente à porta (lado contrário a abertura)?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Há espaço lateral à porta (lado da abertura) de no mínimo 60 cm que possibilite a aproximação à maçaneta (conforme item 6.11.2.2 da NBR 9050/15)?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

CIRCULAÇÃO VERTICAL - ELEVADORES / PLATAFORMAS

1. O elevador permite o acesso a todos os níveis da edificação?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. A porta de elevador tem vão mínimo de 80 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Há corrimão fixado nos painéis laterais e de fundos da cabine?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há área mínima de 1,50 m de largura livre em frente a porta do elevador?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Existe plataforma elevatória acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

RAMPAS

1. A largura mínima da rampa é de 120cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. A inclinação máxima da rampa é de 8,33%?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. As laterais de rampa são protegidas por paredes, guarda-corpo ou ressalto no piso de no mínimo 5 cm (Guia de balizamento) em ambos os lados?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Há corrimão em duas alturas em ambos os lados da rampa?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

ESCADAS		
1. Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível da escada?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. A escada tem largura mínima de 120 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. O piso dos degraus da escada é revestido com material antiderrapante e estável?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. Há corrimão em ambos os lados da escada?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. Há caracteres de relevo em braile nos corrimões das escadas fixas e rampas?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. Há indicação de pavimento visual e em braile?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
SANITÁRIO ACESSÍVEL		
1. Existe sanitário acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. O Box possui circulação com giro de 360° com diâmetro mínimo de 150 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. A porta do sanitário possui vão livre de no mínimo 80 cm, disposta de maneira a permitir sua abertura completa?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. A porta do sanitário possui barra horizontal fixada à 90 cm de altura afastada a 10 cm da borda (lado da dobradiça) do lado oposto da abertura e possui maçaneta tipo alavanca?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Há barra de apoio acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. O lavatório é sem coluna?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. Existe sinalização de banheiro acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
8. Os banheiros são equipados com alarmes visual e sonoro para situação de emergência?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
9. Nos boxes comuns as portas tem vão livre mínimo de 80 cm e contém área livre com no mínimo 60 cm de diâmetro interno?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO		
<p>Deverá ser apresentado relatório fotográfico para ilustrar a situação atual das edificações em relação aos itens mencionados. O relatório fotográfico poderá ser apresentado anexo.</p>		

ANEXO D – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELOS ACADÊMICOS

PROJETO DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS DA REGIÃO SERRANA

Treinamento e Implementação da Norma Brasileira

RELATÓRIO 01

Aluno (a): A1

Acessibilidade é a qualidade do que é acessível, ou seja, é aquilo que é atingível, que tem acesso fácil. É um substantivo feminino que está relacionado àquilo que tem facilidade de aproximação, no trato e na aquisição.

A acessibilidade é uma preocupação constante da arquitetura e urbanismo nas últimas décadas e está diretamente ligada ao fornecimento de condições às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços públicos ou coletivos.

O direito à acessibilidade vem promovendo através de órgãos públicos ou privados, diversas mudanças nas condições de acesso a esses espaços, com a construção de rampas, com a adaptação dos equipamentos, do mobiliário, do transporte coletivo e dos sistemas e meios de comunicação e informação, permitindo aos portadores de deficiência uma maior aproximação aos serviços prestados à coletividade.

ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES

A acessibilidade oferecida aos deficientes é regida por lei. A Presidência da República através do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, regulamenta a lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência e idosos, com idade igual ou superior a 60 anos, as lactentes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo, e a lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

OBJETIVOS DA ACESSIBILIDADE

Consiste no direito de garantir a toda e qualquer pessoa com necessidade especial ou mobilidade reduzida, de transitar por espaços públicos e ou privados, sem que seja encontrada barreiras arquitetônicas que impossibilitem o convívio ou transito social em áreas de acesso, circulação ou permanência.

Essas barreiras impeditivas de acesso, geram mais do que só um impedimento físico, elas impedem o usufruto por direito dos espaços físicos, propiciam acidentes e causam constrangimento.

A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE

A acessibilidade garante a segurança e integridade física de pessoas com necessidades especiais ou de mobilidade reduzida, assegurando assim o direito de ir e vir, e ainda de usufruir dos mesmos ambientes que uma pessoa sem necessidade especial, seja por espaços projetados já com esse objetivo ou ainda espaços adaptados.

Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, visando eliminar os obstáculos existentes ao acesso, modernizando e incorporando essas pessoas ao convívio social, possibilitando o ir e vir.

Projetos e políticas sociais dessa natureza tem como objetivo despertar e facilitar o convívio da sociedade com exposição da diferença e diversidade humana, promovem também ações que favorecem a redução das desigualdades sociais e segregação de pessoas, possibilitando maior convívio interpessoal, aceitação e conscientização da sociedade das diferenças humanas, colaborando para o fim das manifestações de constrangimento e preconceito.

A acessibilidade tem que ser expandida para vários campos da sociedade garantindo que pessoas deficientes tenham acesso a várias formas de serviços, melhorando sua qualidade de vida e integração, a acessibilidade é uma ideia que deve ser expandida, sigamos essa ideia.

O DIMENSIONAMENTO BÁSICO

Quando falamos em acessibilidade de uma forma geral, deve-se sempre estar “subentendido” os estudos realizados com base na necessidade da dimensão humana.

Esse padrão de informações criado e mundialmente adotado baseia-se na vasta diversidade humana e as suas diferentes necessidades.

Criado e desenvolvido com esse fim deve ser adotado e aplicado em todos os projetos arquitetônicos, projetos urbanísticos e ainda projetos mobiliários.

O QUE AS LEIS EXIGEM

A Lei nº 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

A Lei considera como barreira qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas.

Para incluir nos projetos

A acessibilidade na arquitetura significa projetar espaços, sejam eles públicos ou privados, que atendam as demandas de necessidades sem deixar de lado o apelo estético e conceitual.

Para que seu projeto seja inclusivo, tanto para pessoas que apresentam mobilidade reduzida quanto para idosos que necessitam ambientes mais seguros, alguns itens são fundamentais.

Medidas para garantir acessibilidade

Algumas medidas precisam ser respeitadas, como:

Circulação de largura mínima de 90 cm e altura de 2,10 m.

Vãos de porta de no mínimo 80 cm e diâmetro de 1,50 m para manobras de cadeiras de rodas em 360º em qualquer ambiente.

Para conversões de 90º, os corredores devem ter 1,20 m de largura.

Elevadores e rampas

Mesmo que o empreendimento não contemple muitos andares, a inclusão de rampas, plataformas ou elevadores é imprescindível para que a locomoção seja facilitada. A ideia é que o piso seja nivelado e que degraus não impeçam o acesso aos locais.

Barras

As barras de apoio são alternativas de segurança para quem precisa de acessibilidade ou mobilidade, como idosos, deficientes físicos ou pessoas que estão em algum tratamento e apresentam dificuldade em se locomover. Podem ser instaladas em banheiros, corredores, quartos ou em qualquer outro local que seja necessário.

Revestimentos

Alguns tipos de revestimento de piso apresentam certo risco, principalmente em áreas úmidas, como banheiro e cozinha. A ideia é planejar os cômodos com pisos antiderrapantes a fim de evitar acidentes e escorregões. Evite pisos polidos ou de pedras.

Iluminação

A automação é forte aliada de projetos que precisem de necessidades especiais. Adaptar sensores que acendem as luzes de forma simples é uma alternativa prática que evita algumas preocupações.

Essas são apenas algumas alternativas que podem ser incluídas no projeto. Há diversas outras normas, leis e ideias que podem também ser adaptadas em diversos espaços.

Aluno (a): A2

O que você entende por acessibilidade?

Acessibilidade é aquilo no qual temos acesso. A acessibilidade é uma preocupação constante, ainda mais para nós engenheiros que podemos dar melhor comodidade para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para que assim possam utilizar com segurança e autonomia, aos espaços públicos ou coletivos. O direito à acessibilidade vem promovendo através de órgãos públicos ou privados, são diversas as mudanças nas condições de acesso a esses espaços, seja com a construção de rampas, com a adaptação dos equipamentos, do mobiliário, do transporte coletivo e dos sistemas e meios de comunicação e informação, permitindo aos portadores de deficiência uma maior aproximação aos serviços prestados à coletividade.

Qual a importância do assunto para a sociedade e para o profissional (engenheiro civil/arquiteto)?

Para a sociedade é de extrema importância que portadores de deficiência tenham locais adequados para que possam se mover com segurança, muitos tem a sua independência e andam sozinhos pelas ruas, vão trabalhar, estudar, ao médico. Todos temos o direito assim como todos nós de ambientes seguros para tráfego, por isso a acessibilidade ser tão importante. Para nós como engenheiro é um estudo a mais, pois através de nossos projetos poderemos ajudar a sociedade como um todo, podemos ver a dificuldade que é para os portadores de cadeira de roda, não existem rampas adequadas para que possam subir nas calçadas, semáforos próprios para deficientes visuais, são muitas coisas que fazem a diferença. Se desde o início dos nossos projetos pensarmos em acessibilidade, as dificuldades seriam menores.

Tem ou teve algum convívio próximo com deficientes físicos? Relate como foi. Caso tenha alguma deficiência ou por algum período teve sua locomoção limitada, qual foi sua experiência?

Meu convívio com deficientes físico foi apenas na rua ou em ônibus, a experiência foi que muitas vezes as pessoas não respeitam os deficientes, e acabam achando que não estão no seu direito de pegar ônibus. Na rua também percebo certa dificuldade em relação a cadeira de rodas, muitas vezes é difícil uma boa locomoção, e quando não se tem cadeira adequada para que ande sozinha, se torna difícil subir nas calçadas, precisando assim de ajuda de pessoas próximas.

Após o encontro do sábado, dia 29 de setembro, o que mudou na sua forma de observar a acessibilidade nas edificações e vias públicas?

Após o relato dos convidados para o encontro de acessibilidade, pude então perceber que realmente falta muita coisa para então sim a palavra acessibilidade ser utilizada. Podem ser pequenas coisas, mas agora percebo que para os deficientes representa tudo. Uma simples

calçada sem rampa impede que um deficiente possa subir e se proteger do trânsito, mas é importante ressaltar que não é uma simples rampa qualquer, ela precisa ter as dimensões certas para que possa atender aos portadores. Banheiros públicos para portadores de deficiência também é algo que deveria conter em centro de cidades. As calçadas deveriam ser restauradas, pensando na comodidade para todos. Acredito que podemos mudar muita coisa, se lembramos que existem pessoas que necessitam de atenção, poderemos assim quando projetando fazermos projetos acessíveis, inclusive em edificações comerciais que são muito visitadas.

Aluno (a): A3

A acessibilidade, embora muito abordada em relação às pessoas portadoras de deficiência ou aquelas com mobilidade reduzida, entende-se como uma forma de possibilitar o acesso a um conjunto de lugares. Ou seja, é facilitar a aproximação das pessoas nos locais com certo propósito. Isso quer dizer que, todos os cidadãos têm direito a utilizar os espaços que a cidade oferece, entre as quais as construções públicas e privadas, bem como o transporte, sem qualquer obstáculo e com suporte de segurança.

A importância na área do arquiteto, é concepção de projetos e propostas acessíveis é indiscutível. Já o engenheiro civil, é responsável por interpretar projetos, orçar materiais específicos, coordenar frentes de trabalho até a finalização da obra. E observar principalmente se as soluções criadas por ele realmente são viáveis quando saem do papel. Portanto, é seguro dizer que o engenheiro civil é o grande executor das ações de acessibilidade dentro da realidade da construção, cabendo a ele a necessidade de conhecer toda a legislação e aplicá-la.

Não possuo nenhum convívio com pessoas com dificuldades de acessibilidade ou deficiência. Mas me ocorreu um relato quando tinha 8 anos em que tive que passar por intervenção cirúrgica e fiquei sem me locomover por cerca de 7 meses, a experiência não foi umas das melhores fiquei sem poder ir as aulas, além disso a casa em que eu moro não possuía nenhum suporte de acessibilidade. Por esse motivo que é importante que o responsável técnico pense nesses aspectos. Para que no futuro não precise realizar nenhuma intervenção nas residências construídas.

Lages está um pouco atrasada nos aspectos de acessibilidade, eu observo que temos que pensar numa forma de cumprir a demanda de restauração nas ruas e calçadas, sem ser aquele famoso tapa buraco, para que pessoas portadoras de deficiência possam trafegar sem riscos de cair ou até mesmo ser atropelada, por algum veículo que possa vir a desviar de um possível buraco.

Aluno(a): A4

Eu entendo que acessibilidade é ter acesso, e quando eu digo ter acesso, me refiro a todas as pessoas terem acesso, que em relação a engenharia e arquitetura, é o acesso a locais e até mesmo a componentes destes locais.

A acessibilidade é importante para a sociedade, pois sem ela, as pessoas com deficiência não conseguiriam ser independentes, dependeriam das pessoas para tudo, e é importante saber que todos nós precisaremos de acessibilidade algum dia, se não por algum acontecimento inesperado, talvez pela chegada da idade, onde diminui nossa locomoção.

E é importante a acessibilidade para o engenheiro e/ou arquiteto porque esses profissionais criam as construções, e estes mesmos profissionais precisam pensar em como as pessoas usarão estas construções, se elas vão conseguir ter acesso, se vão ficar confortáveis e se é seguro para elas, e assim por diante.

Não tive nenhum convívio próximo com deficientes, e nunca tive minha locomoção limitada. Mas tenho uma noção de acessibilidade, e gosto desse assunto em especial, acho que todos nós devemos ver a acessibilidade não como uma opção, mas como um dever com a sociedade. Mas após o encontro de sábado, dia 29 de setembro, eu fiquei triste por saber que as vezes pessoas que são cadeirantes, não conseguem nem sair de suas casas, por não ter acesso, e por não haver calçadas acessíveis, muitas vezes eles tem que usar a rua para se locomover. Não podem entrar em lojas, por não haver rampas. Pessoas com deficiência visual tem dificuldade para atravessar a rua. Além de vários outros problemas que essas pessoas enfrentam todos os dias.

O importante é ver o nosso papel na acessibilidade, e fazê-lo, afinal nós construímos o futuro.

Aluno (a): A5

A acessibilidade é a garantia do direito de ir e de vir de todas as pessoas que portam alguma deficiência, para que possam ter acesso aos locais com segurança.

O assunto se faz importante para a sociedade toda, pois qualquer pessoa corre o risco de vir a portar uma deficiência, ou ter alguém na família que porte ou venha a portar alguma deficiência. Também é importante saber, para que se possa cobrar do poder público, recursos para desenvolver e melhorar cada vez mais a acessibilidade para todos.

A acessibilidade também é importante para engenheiros civis e arquitetos, pois são os profissionais responsáveis por projetar e executar projetos os quais devem atender à todas

as normas vigentes, e uma delas é a de acessibilidade, precisam ter conhecimento quanto à espaços mínimos, inclinações de rampas, banheiros adaptados, pavimentação tátil, sinalizações, etc.

No ensino fundamental, na escola Belizário Ramos, tive um colega portador de deficiência física, a escola tinha mais rampas do que escadas, tinha um banheiro adaptado, a maior dificuldade era em relação às mesas, pois sua cadeira de rodas era mais alta, então uma das mesas foi adaptada com calços para que ficasse uma altura adequada para ele.

Após o encontro no sábado, dia 29 de setembro, fiquei mais atenta quanto às inclinações de rampas, sinalizações e calçadas irregulares. Infelizmente nem todo local é adaptado, mas aos poucos a acessibilidade vem tomando espaço.

Aluno (a): A6

1 -Acessibilidade é um dos piores problemas que acontece atualmente na sociedade, pela falta de respeito e preparação da maioria da população e das cidades, sendo assim acessibilidade é ter um país, lugar, ou região acessível para qualquer cidadão, seja ele com algum tipo de deficiência (mental ou física) ou não. Tendo investimentos diretos do governo em vias públicas e lugares reservados ou preparados que venha a concentrar algum tipo de deficiente.

2 -E este problemas de infraestrutura para acolher esse tipo de cidadão é de grande precaução de engenheiros civis e arquitetos, o qual lidam com construção civil, pôs estes já devem deixar construções públicas ou privadas preparadas para chegada de qualquer tipo de cidadão, seja ele cego, cadeirante, surdo, etc. Então estes estabelecimentos devem tem reservadas vagas de estacionamento (que deve ser respeitada), banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, elevadores em estabelecimentos com cinco andares ou mais. Por isso esse tipo de profissional sempre deve dar o seu melhor, porque tudo que eles fazem afeta a vida de qualquer cidadão seja ele deficiente ou não.

3 -Minha pessoa ainda não teve um convívio forte com cidadãos com algum tipo de deficiência, mas tenho parentes que tem grande parte de sua vida cuidando desses. Assim conversando com eles, senti o grande problema que a sociedade tem, além da cidade não dispor de uma infraestrutura que ajude na locomoção de deficientes. Muitos optam a ficar em casa, para não sofrer, pôs consideram ser perigoso andar em alguns lugares que não estão adaptados com sua deficiência.

4 -Após o encontro com o grupo de pessoas que nós deram uma lição de vida no sábado (29/09/2018). Onde apesar de sofrerem muito com a falta de comprometimento dos cidadãos e do governo em lhe dar a ajuda e infraestrutura adequada. Muitos conseguiram transformar sua deficiência em algo melhor, se tornando atletas, lideres na sociedade, dando uma lição a nós, onde achamos tudo difícil. Apesar de tudo tentam levar a vida com muita alegria e a transmitindo para seus colegas. Por isso sempre devemos ajudar quando

ver por exemplo cego atravessando a rua, algum cadeirante que precise subir uma calçada. Infelizmente com o descaso dos governantes com todos os cidadãos levam a sofrer ainda mais. Por isso sempre temos que lutar por eles, nunca se sabe no dia seguinte pode ser um de nós ou um familiar adquirindo algum tipo de deficiência.

Aluno (a): A7

1. O que você entende por acessibilidade?

Eu entendo de acessibilidade e aquilo de fácil acesso, que pode ser chego ou encontrado por todos, incluindo as normais de deficientes CORDE responsável pela gestão de política e integração dos deficientes que muitas vezes acabam sendo deixados de lado na sociedade e na acessibilidade.

2. Qual a importância do assunto para a sociedade e para o profissional (engenheiro civil/arquiteto)?

A importância para a sociedade para ter a consciência de ajudar e facilitar a acessibilidade de todos os deficientes, pôs muitos infelizmente tem uma visão preconceituosa os deixando de lado da sociedade.

Já pra engenheiros e arquitetos é como humano e profissional ter em sua consciência sempre que projetar pensar na hipótese de um deficiente ou de alguém poder ficar com uma deficiência, pois é uma parte muito defasada nesta profissão

3. Tem ou teve algum convívio próximo com deficientes físicos? Relate como foi. Caso tenha alguma deficiência ou por algum período teve sua locomoção limitada, qual foi sua experiência?

Não conheço deficiente que possa se locomover sem acompanhante!

E eu tenho deficiência visual (monocular) sofro muito por perder uma área da visão onde tenho dificuldades com lugares mais estreitos e de profundidade me batendo bastante, os cores ou barulho muitas vezes facilitam o acesso!

4. Após o encontro do sábado, dia 29 de setembro, o que mudou na sua forma de observar a acessibilidade nas edificações e vias públicas?

Não pude comparecer, mas com uma breve pesquisa sobre o assunto, pude notar a dificuldade de acesso para os deficientes, pois a dificuldade das vias para cadeirantes ou escritas em Brailes fazem muita falta e podem facilitar a vida deles.

Aluno (a): A8

O conceito de acessibilidade ainda é pouco difundido e entendido pela maior parte das pessoas. A acessibilidade pode ser definida como a implantação dos requisitos mínimos às edificações que atenda àquelas pessoas com deficiências permanentes (Ex.: visuais, auditivas, intelectuais, etc), mas também àquelas que se encontram, com algum problema de mobilidade reduzida. É o caso dos idosos, doentes, acidentados, recém-operados, obesos em grau avançado, gestantes, mães com crianças de colo ou com carrinhos de bebê dentre outros.

Existe uma importância muito grande para que a toda a sociedade obtenha conscientização ética e legal, assim possam cobrar e exigir dos profissionais, governantes e entidades responsáveis, requisitos mínimos para assegurar os direitos e inclusão para todos que necessitam de acessibilidade.

O assunto para os profissionais da construção é de extrema importância e deve-se dar a devida atenção porque é um novo processo de pensar a concepção ou adequação de um projeto. Assim possam garantir que as construções estejam equipadas para garantir o máximo de conforto e segurança.

Tenho inteira consciência da importância da acessibilidade nos ambientes, não conheço pessoas com deficiência permanente, mas tenho apenas experiência da dificuldade de acessibilidade com idosos da família e tenho um filho tenho a dificuldade de percorrer trajetos urbanos (calçadas e ruas) com carrinho de criança.

Aluno (a): A9

O que você entende por acessibilidade?

Incluir todas as pessoas da mesma forma não ter discriminação acessibilidade é facilitar a vida das pessoas com alguma deficiência entre outros.

Qual a importância do assunto para a sociedade e para o profissional (engenheiro civil/arquiteto)?

A acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, visando eliminar os obstáculos existentes ao

acesso, modernizando e incorporando essas pessoas ao convívio social, possibilitando o ir e vir nos estudantes temos o dever de construir algo em que não haja diferença.

Tem ou teve algum convívio próximo com deficientes físicos? Relate como foi. Caso tenha alguma deficiência ou por algum período teve sua locomoção limitada, qual foi sua experiência?

Sim eu tenho Nanismo consigo supera várias coisas minha única dificuldade é altura coisas muito alta, eu já fiz uma ação social em uma Instituição de deficientes ASDF de Lages e relatei algumas dificuldades quando os cadeirantes vão pega ônibus ao ir de um bairro ao outro na visão Lages não uma boa estrutura adequada para cadeirante falta muita a ser feito.

Após o encontro do sábado, dia 29 de setembro, o que mudou na sua forma de observar a acessibilidade nas edificações e vias públicas?

Pensa antes de tudo pra facilitar temos pensa uns aos outros não só edificações e vias públicas ter ônibus e automóveis adaptados, guias rebaixadas e marcações nas calçadas, semáforos com sinais sonoros, supressão de todo tipo de barreiras no caminho, entre outros.